

Para comércio, moratória representa a insolvência

Rio— "A moratória, ao contrário dos arroubos patrióticos de certos círculos que a consideram "demonstração de soberania nacional", tem de ser vista como ela realmente é, ou seja, uma declaração de insolvência que qualifica mal nossa administração pública e traz seriíssimas preocupações para o futuro imediato".

Assim se pronunciou ontem a Confederação Nacional do Comércio, através do seu Departamento Econômico, sobre a suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida externa. E acrescentou:

"O fato é que, como resultado da má administração da política econômica, o País foi levado à medida unilateral em relação aos credores externos. A grande expectativa agora, frisa a entidade, é com relação a uma possível redução de linhas de crédito comercial a curto prazo. Se isso vier a ocorrer, pondera a CNC, implicará elevação dos gastos com importações e terão, em parte, que ser pagas à vista, já que não contaríamos com o mesmo nível de financiamento das instituições financeiras internacionais.

Segundo ainda a Confederação, com as receitas de exportações poderá ocorrer exatamente o contrário. Em vez de recebê-las à vista os exportadores só contarão com sua receita a prazo, pois as vendas externas, e em especial os manufaturados, também são financiados pelas

linhas de curto prazo. E esta é uma situação extremamente perigosa, admite a CNC, num momento em que o superávit comercial está quase nulo e as reservas cambiais muito baixas.

Não é de hoje, observa a entidade, que vínhamos advertindo para o impasse que se aproximava de nossas contas externas como resultado de uma política que desestimulava as exportações, impedindo remuneração adequada pelo congelamento irreal de preços e da taxa cambial, suspendendo o financiamento e negando-lhes incentivos fiscais. Ainda no contexto dessa política equivocada, argumenta a CNC, tentou-se um consumo interno artificialmente

excitado com importações as mais descabidas possíveis, em detrimento do produtor interno.

As consequências, acrescenta a CNC, não poderiam ser outras: o saldo comercial que o País construiu com tanto esforço, mudando sua estrutura produtiva, através de grandes investimentos, substituindo importações e criando saldos exportáveis, desvaneceu-se. E junto dele foram-se as reservas cambiais.

A CNC admite ser possível aceitar a explicação das autoridades econômicas de que a alternativa pelo mercado interno em detrimento das exportações foi adotada para evitar a recessão.

"Desde quando e em que lugar do mundo exportação cria recessão?" Pergunta a CNC. "Jamais em tempo algum e muito menos no Brasil".

Da mesma forma, esclarece a CNC, carece de fundamento a tentativa de mostrar o ano de 1986 como desfavorável ao comércio exterior brasileiro. Um estudo da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior mostra, sem sombra de dúvida, que, na média dos preços de exportações e importações, a relação de trocas foi até favorável ao Brasil.

Para a CNC, antes que o problema se agrave, é preciso retomar negociações com a maior urgência, uma negociação aberta, sem qualquer pretensão de confronto e com a abertura para concessões.

Caputo elogia intercâmbio

Buenos Aires— O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina quase duplicou em relação ao ano anterior, como consequência do acordo de integração econômica assinado pelos dois países, afirmou ontem o chanceler argentino, Dante Caputo.

O chanceler disse que foram analisados os intercâmbios comerciais com diversos países, citando como exemplo o caso do Brasil, com o qual em 1985 o intercâmbio era de 700 milhões de dólares e, em 1986, chegou a 1,2 bilhão de dólares, graças ao acordo de integração